DIÁRIO OFICIAL

ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

www.mongagua.sp.gov.br - Conforme Lei Municipal nº 2.865, de 27 de junho de 2017

PODER EXECUTIVO

Atos Administrativos

Julgamento de Recursos e Contrarrazões de Recursos

SEDUC Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO — PREFEITURA MONGAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC

JULGAMENTO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES DE RECURSOS - "IMPUGNAÇÕES"

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 132/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº: 001/2026 – SEDUC

OBJETO: Seleção de Organização Social Sem Fins Lucrativos para celebração de Parceria (Contrato de Gestão), visando à operacionalização, gestão e oferta de vagas em unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

ÓRGÃO GESTOR: Secretaria Municipal de Educação – SEDUC Mongaguá/SP

1. DO HISTÓRICO DO PROCEDIMENTO E DA FASE RECURSAL

1.1. Em **02 de julho de 2026**, foi publicado no Diário Oficial do Município de Mongaguá (Ano X, Edição nº 2.183A, p. 10) o Resultado Preliminar do Chamamento Público nº 001/2026 – SEDUC, contendo a avaliação e pontuação preliminar das propostas apresentadas pelas Organizações Sociais concorrentes.

1.2. Facultado o prazo recursal previsto no Item 8 do Edital e na legislação regente do certame, foram interpostos tempestivamente os seguintes Recursos Administrativos:

- **Recorrente 1: INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO - IGEVE** (CNPJ nº 28.413.401/0001-92) – Protocolizado tempestivamente em 11 de julho de 2026.
- **Recorrente 2: ORGANIZAÇÃO PRAXIS** (CNPJ nº 07.372.464/0001-78) – Protocolizado tempestivamente em 07 de julho de 2026.

1.3. Regularmente notificadas a apresentarem contrarrazões aos recursos interpostos, no prazo regulamentar, foram protocolizadas as seguintes peças defensivas ("impugnações"):

- **Recorrida 1 (Contrarrazões IGEVE):** Protocolizadas em 11 de julho de 2026.

Governo Municipal MONGAGUÁ junto com você

- **Recorrida 2 (Contrarrazões/Informações em Diligência PRAXIS):** Protocolizadas em 17 de julho de 2026.

1.4. Vieram os autos a esta Secretaria Municipal de Educação para análise de admissibilidade, exame do mérito e emissão de parecer e julgamento conclusivo, com fundamento no subitem 8.3 do Edital, cujo prazo de análise teve de ser suspenso, considerando a complexidade da matéria, a bem do interesse público e da necessária segurança jurídica dos atos.

2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE (TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE)

2.1. Da análise formal dos expedientes, constata-se que todos os Recursos Administrativos e Contrarrazões foram apresentados por representantes legais devidamente constituídos das Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos (legitimidade) e protocolizados dentro dos prazos regulamentares fixados no instrumento convocatório e no calendário oficial do município (tempestividade).

2.2. Assim, **CONHECE-SE** dos Recursos e Contrarrazões apresentados, passando-se ao exame do mérito.

3. DA ANÁLISE DE MÉRITO DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

3.1. Análise do Recurso da Entidade: INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE

SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO (IGEVE):

O IGEVE, em apertada síntese, insurge-se contra a habilitação/pontuação conferida à Organização PRAXIS referente ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela **empresa privada** *CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL MUNICIPAL LTDA.* (CNPJ nº 31.913.667/0001-09). Argumenta a necessidade de diligência formal para comprovação material e fiscal do atestado, apontando que ambas as entidades possuem o mesmo

endereço cadastral, que há vínculo conjugal entre os seus administradores e que o documento isolado não comprova a efetiva gestão de serviços educacionais de Educação Infantil exigida no item 3.1 do Edital.

SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA (ORGANIZAÇÃO PRAXIS):

A Organização PRAXIS manifestou-se alegando a veracidade de suas atividades e acostou cópia do **Contrato de Prestação de Serviços de Gestão** com a referida empresa privada, bem como respectivo "**Relatório Final**".

FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E DECISÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Após reanálise detida do acervo documental e instrução complementar realizada via diligência por esta Administração Pública (Processo Administrativo nº 132/2025 - SEDUC), esta Secretaria de Educação entende que **PROCEDE EM PARTE** a irresignação do IGEVE.

Com efeito, a Secretaria de Educação promoveu diligências oficiais notificando a Organização PRAXIS para esclarecer inconsistências materiais insanáveis entre os documentos apresentados:

1. **Incompatibilidade Temporal:** O atestado declara prestação de serviços de 18/01/2019 a 21/06/2024. O contrato e o "Relatório Final" juntados pela própria Organização PRAXIS atestam o término/vigência do vínculo em 18/01/2020 (**apenas 12 meses**).
2. **Identidade de Endereços:** Restou confirmado que a OS PRAXIS e a contratante privada CARROSSEL funcionam no **mesmo endereço cadastral de CNPJ**.
3. **Falta de Comprovação Fiscal e Operacional:** A entidade PRAXIS foi notificada para apresentar notas fiscais/comprovantes de faturamento dos R$ 65.000,00 mensais previstos no contrato; se houve declaração correspondente a título de IRPJ; apresentação de relação formal de empregados, **deixando de comprovar documentalmente a execução continuada do contrato**.

A teor do subitem 3.1 do Edital do quadro de pontuação disposto nos subitens 7.2.1 e 7.2.2, a pontuação exige "**experiência comprovada**" em gerência e execução de "**serviços educacionais em educação infantil**".

SEDUC Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO — PREFEITURA MONGAGUÁ

Destarte, **não cabe atribuir pontuação a períodos não comprovados documentalmente**. Assim, considerando que a organização PRAXIS, em que pese tenha sido notificada, em sede de diligências, por e-mail (segunda-feira, 20/07/2026, às 16h17min), por publicação no Diário Oficial do Município (terça-feira, 21/07/2026 - Ano X - Edição nº 2.197), no PNCP e também por ligação telefônica, realizada às 09h05min do dia 22/07/2026 pelo telefone institucional ([13] – 99794-5276) previsto no edital, **esta manteve-se inerte**, deixando de apresentar comprovantes que confirmassem a experiência indicada no atestado de capacidade técnica emitido pelo CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL MUNICIPAL (CNPJ 31.913.667/0001-09).

A matéria é de suma importância e gravidade, na medida em que **o único Atestado de Capacidade Técnica, apresentado pela Organização PRAXIS, considerado pela Comissão Especial de Seleção como incluso na área da Educação, foi emitido justamente pelo CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL MUNICIPAL** (CNPJ 31.913.667/0001-09).

A propósito, desde já, considerando o relevante cenário descrito no parágrafo anterior, alerta esta Secretaria Municipal de Educação que oportunamente seja estudada a possibilidade de abertura de processo administrativo específico para que, **garantidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório**, aferir-se condição de mantença da qualificação da Organização PRAXIS, como organização social no âmbito deste Município.

Por todo o exposto, **acolhe-se o pedido do IGEVE para adequar a pontuação do mencionado subitem da Organização PRAXIS**, desconsiderando o correspondente tempo de experiência, em respeito aos Princípios da Isonomia, Julgamento Objetivo e Vinculação ao Ato Convocatório, o que consequentemente zera a pontuação da Organização PRAXIS, alusiva ao subitem 3.1 do Edital do quadro de pontuação disposto no subitem 7.2.1, **passando de 10 (dez) pontos para 0 (zero) ponto neste quesito**.

Referida adequação não interfere na posição de classificação da entidade PRAXIS, mantendo-a em segundo lugar, ainda atrás do IGEVE.

Governo Municipal MONGAGUÁ junto com você

SEDUC Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO — PREFEITURA MONGAGUÁ

3.2. Análise do Recurso da Entidade: ORGANIZAÇÃO PRAXIS

SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO (PRAXIS):

A Organização PRAXIS requer a desclassificação do IGEVE alegando: **a)** inexequibilidade da proposta financeira por ausência de custos de RH nos 2 primeiros meses de vigência; **b)** inexequibilidade dos valores destinados à alimentação escolar (49% inferior ao orçado pelo município); **c)** impedimento de contratar devido à inclusão da presidente do IGEVE na lista de contas irregulares do TCESP (Proc. TC-007939.989.23-2); e **d)** existência de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa no Município de Ourinhos/SP envolvendo a entidade.

SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA (IGEVE):

O IGEVE defendeu que: **a)** o cronograma financeiro reflete a fase de implantação/recrutamento (fase preparatória), perfeitamente compatível com a dinâmica contratual; **b)** a cotação de alimentação decorre de ganhos de escala, eficácia gerencial e preços de mercado, não sendo o orçamento estimativo da Prefeitura um piso obrigatório; **c)** o IGEVE não consta na Relação Oficial de Entidades Impedidas do TCESP; **d)** a ação em Ourinhos não possui decisão condenatória transitada em julgado, vigorando a presunção de inocência e do devido processo legal. Requer a improcedência do recurso.

FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E DECISÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Após análise técnica detalhada dos fundamentos expendidos e das peças de defesa, inclusive tendo sido realizadas diligências para aferir a exequibilidade dos valores destinados à alimentação, esta Secretaria entende que **NÃO PROCEDE** a irresignação da Organização PRAXIS, pelas seguintes razões:

1º Exequibilidade de RH e Cronograma de Implantação: O Edital admite a estruturação da fase preparatória e de implantação das unidades. A distribuição temporal do orçamento reflete a autonomia gerencial da entidade, não caracterizando interrupção de serviço, mas cronograma operacional de contratação e treinamento da equipe inicial, fazendo valer o princípio da economicidade.

Governo Municipal MONGAGUÁ junto com você

2º Valor da Alimentação Escolar: O orçamento estimado no Edital atua como teto e referência, não como piso obrigatório. O Terceiro Setor possui flexibilidade de compras e economia de escala. A PRAXIS não apresentou estudo técnico que demonstre a impossibilidade física da execução do cardápio pelo valor ofertado pelo IGEVE. O IGEVE, por sua vez, à ótica desta Secretaria, comprovou (em sede de diligência), a exequibilidade do valor apresentado para alimentação dos alunos. Além disso, não se pode desconsiderar a natureza do almejado contrato de gestão, que **engloba praticamente todas as atividades dos equipamentos públicos objetos do certame**. Sem prejuízo ao disposto nas linhas anteriores, é de suma importância registrar que a presente licitação é do tipo "melhor proposta técnica", compreendendo critério de pontuação que agrega várias atividades, ações voltadas à qualidade, qualificação técnica e preço, de sorte que **foi observado e garantido pela Administração Pública o amplo e complexo planejamento de todos os itens necessários à formulação de propostas**, com apresentação dos respectivos custos unitários estimados, no escopo da gestão dos equipamentos em tela.

3º Alegado Impedimento Legal / TCESP: O IGEVE **não integra o cadastro/relação oficial de entidades impedidas de contratar com a Administração Pública**, mantido pelo TCESP. A decisão mencionada no processo de São João da Boa Vista refere-se à prestação de contas parcial julgada com ressalvas/devolução de item específico, sem decretação da pena de inidoneidade ou proibição de contratar.

4º Ação Judicial em Ourinhos: Processos em andamento sem trânsito em julgado não geram impedimento automático em licitações ou chamamentos públicos, em estrita observância às garantias constitucionais do Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa (Art. 5º, LIV e LV, CF/88). Pensar de forma diversa, violaria tais princípios.

4. RESULTADO FINAL E NOVA CLASSIFICAÇÃO

Diante das considerações proferidas acima, com a readequação da pontuação do subitem 3.1 do quadro de pontuação disposto no subitem 7.2.1, **a Organização PRAXIS teve redução de 10 pontos para 0 ponto**, devido à ausência de comprovação documental de experiência, no que se refere ao atestado de capacidade técnica emitido pelo Centro

Educacional Carrossel Municipal (31.913.667/0001-09), restando assim a classificação final do Chamamento Público nº 001/2026 – SEDUC:

Posição Final	Razão Social da Organização Social Sem Fins Lucrativos	CNPJ	Pontuação Final	Situação
1º Lugar	**INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE**	28.413.401/0001-92	**80 pontos**	Classificada e Habilitada
2º Lugar	**ORGANIZAÇÃO PRAXIS**	07.372.464/0001-78	**62 pontos**	Classificada e Habilitada

5. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

5.1. Ante o exposto, a Secretaria Municipal de Educação **DECIDE** por:

- **DAR PROVIMENTO PARCIAL** alinhado ao pedido de diligência do Recurso apresentado pelo **INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE**, readequando a pontuação da concorrente PRAXIS no quesito subitem 3.1 do quadro de pontuação disposto no subitem 7.2.1, de 10 (dez) pontos para 0 (zero) ponto;
- **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso apresentado pela **ORGANIZAÇÃO PRAXIS**, mantendo válida a proposta do IGEVE.

5.2. **Submetam-se estes autos à apreciação da Excelentíssima Senhora Prefeita, para ciência e cumprimento ao disposto no subitem 8.4 do edital.**

SEDUC Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO — PREFEITURA MONGAGUÁ

5.3. Sem prejuízo ao disposto nas linhas anteriores, seja autorizada pela Exma. Sra. Prefeita, se assim entender, a abertura de processo administrativo para que, garantidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório, aferir-se condição de mantença da qualificação da Organização PRAXIS, como organização social no âmbito deste Município, conforme fundamentação disposta no subitem 3.1 desta peça.

Mongaguá/SP, 27 de julho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA MARTA SOARES
Data: 27/07/2026 11:38:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA MARTA SOARES

Secretária Municipal de Educação.

Governo Municipal MONGAGUÁ junto com você

DIÁRIO OFICIAL

ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

www.mongagua.sp.gov.br - Conforme Lei Municipal nº 2.865, de 27 de junho de 2017

Licitações e Contratos

Aviso de Contratação Direta

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- Processo n.º 070/2026- DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 016/2026, objeto: Serviços de móvel corporativa. Término do recebimento das propostas: 30/07/2026 às 23h59; através do e-mail: licita.proposta@mongagua.sp.gov.br. O aviso encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.mongagua.sp.gov.br, através do Link: TRANSPARÊNCIA > LICITAÇÕES > DISPENSA. Autoridade Competente.

.....

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- Processo n.º 073/2026- DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 017/2026, objeto: Serviços de telefonia fixa avançada em tecnologia SIP. Término do recebimento das propostas: 30/07/2026 às 23h59; através do e-mail: licita.proposta@mongagua.sp.gov.br. O aviso encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.mongagua.sp.gov.br, através do Link: TRANSPARÊNCIA > LICITAÇÕES > DISPENSA. Autoridade Competente.

.....

DIÁRIO OFICIAL

ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

www.mongagua.sp.gov.br - Conforme Lei Municipal nº 2.865, de 27 de junho de 2017

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Edital - Resultado

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Mongaguá
Secretaria Municipal da Saúde
Unidade Gestora de Recursos Humanos
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026
SAMU 192 /Temporário

RESULTADO DE RECURSO SOBRE RESULTADO PRELIMINAR PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO PARA FUNÇÃO MOTORISTA SOCORRISTA

Edital Seletivo Simplificado nº 1/2026

Interessado: WILLIAN CARLOS QUIRINO WORSPITE -CPF 336 607 558-93

Função: Motorista Socorrista.

Questionamento (Candidato): Publicação de Resultado e classificação Preliminar do Processo Seletivo Simplificado com pontuação incorreta no inciso 2 da publicação de -**RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINARES DAS FUNÇÕES QUE FORAM SUBMETIDAS A PROVAS PRÁTICAS-, no dia 22/07/2026, Diário Oficial do município de Mongaguá.**

Resposta (Comissão Organizadora): **DEFERIDO**. Art. 14.1, inciso d. 14.13.

A publicação de 22/07/2026 em Diário Oficial do município de Mongaguá, no inciso 2, fica alterada como abaixo, apenas para função Motorista Socorrista Os demais itens não sofrem alteração.

"2-RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINARES DAS FUNÇÕES QUE FORAM SUBMETIDAS A PROVAS PRÁTICAS

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS E PROVAS PRÁTICAS

FUNÇÃO 5- MOTORISTA SOCORRISTA

CLASSIFICAÇÃO	Nº de inscrição	Nome	CPF	Data de nascimento	Idade	60 anos	Conc. c/Def.	PARTE 1	PARTE 2	ACERTOS	PONTOS PROVA OBJETIVA	PONTOS PROVA PRÁTICA	TOTAL DE PONTOS	DESEMPATE art. 13.6
1º	036	JOÃO LOPES DE SOUZA NETO	334.553.428-25	29/01/1989	37,47	Menor	NÃO	17	4	21	84	85	169	
2º	017	ANDERSON ALVES DA SILVA	169.546.808-26	01/06/1977	49,14	Menor	NÃO	11	4	15	60	100	160	
3º	030	PATRICK DOS SANTOS SOARES	444.762.938-08	13/03/1996	30,35	Menor	NÃO	12	4	16	64	95	159	e
4º	026	CHRISTHIAN FELLYPE DE CAMPOS MOREIRA	484.997.468-61	20/03/2000	26,34	Menor	NÃO	12	4	16	64	95	159	e

5º	**035**	MARCELO AZEVEDO DE SOUZA	278.152.418-24	22/08/1977	**48,91**	Menor	NÃO	12	**3**	**15**	**60**	**95**	**155**	
6º	**005**	RODRIGO CACIOTORE JANUSSI	279.455.268-61	04/10/1980	**45,79**	Menor	NAO	10	**3**	**13**	**52**	**100**	**152**	**b, e**
7º	**009**	NIVALDO SILVA LUIZ	088.568.126-65	16/07/1986	**40,01**	Menor	NAO	10	**3**	**13**	**52**	**100**	**152**	**b, e**
8º	**048**	ALEX SANDRO CAMPOS MACHADO	304.238.168-45	20/01/1983	**43,50**	Menor	NÃO	9	**4**	**13**	**52**	**100**	**152**	**b**
9º	**034**	RODRIGO PESSOA FEITOSA	335.807.328-97	18/02/1984	**42,42**	Menor	NÃO	11	**3**	**14**	**56**	**95**	**151**	
10º	**046**	MARCIO VINICIUS ALVES ROSA	450.585.418-31	14/12/1993	**32,60**	Menor	NÃO	9	**4**	**13**	**52**	**95**	**147**	
11º	**003**	WILLIAN CARLOS QUIRINO WORSPITE	336.607.558-93	2/11/1986	**39,72**	Menor	NÃO	**11**	**4**	**15**	**60**	**70**	**130**	**d, e**
12º	**029**	VICTOR HENRIQUE BRANCATELLI	420.234.708-03	13/12/1991	**34,60**	Menor	NÃO	16	**4**	**20**	**80**	**50**	**130**	**d, e**
13º	**023**	MARCELO APARECIDO PEGORARO	076.764.618-55	30/04/1965	**61,22**	Maior	NÃO	13	**4**	**17**	**68**	**60**	**128**	**a**

14º	**012**	JULIO AUGUSTO PEREIRA SOLLA	353.955.988-47	30/12/1986	**39,56**	Menor	NAO	13	**4**	**17**	**68**	**60**	**128**	**a**
15º	**011**	ANDERSON DE ANDRADE SILVA	379.098.848-00	29/03/1987	**39,31**	Menor	NAO	14	**4**	**18**	**72**	**50**	**122**	
16º	**010**	WAGNER OLIVEIRA SOUZA	263.360.008-50	17/11/1975	**50,67**	Menor	NÃO	10	**4**	**14**	**56**	**65**	**121**	
17º	**006**	MARIO ADRIANO PELLEGRINI DOS SANTOS	218.879.278-59	18/01/1981	**45,50**	Menor	NAO	10	**3**	**13**	**52**	**50**	**102**	
	025		**217.212.618-77**	26/08/1979	**46,90**	Menor	NÃO	12	**3**	**15**	**60**	**40**	**Eliminado**	
	024		**262.951.518-41**	31/07/1975	**50,97**	Menor	NÃO	13	**4**	**17**	**68**	**30**	**Eliminado**	
	031		**044.524.078-46**	06/05/1962	**64,21**	Maior	NÃO	11	**4**	**15**	**60**	**30**	**Eliminado**	
	040		**140.401.508-64**	30/12/1972	**53,56**	Menor	NÃO	11	**3**	**14**	**56**	**30**	**Eliminado**	
	027		285.916.858-30	20/02/1979	**47,41**	Menor	NÃO	11	**3**	**14**	**56**	**15**	**Eliminado**	
	038		**459.654.138-82**	13/09/1997	**28,85**	Menor	NÃO	12	**5**	**17**	**68**	**ausente**	**Eliminado**	
	044		**298.966.438-65**	06/09/1980	**45,87**	Menor	NÃO	13	**2**	**15**	**60**	**ausente**	**Eliminado**	
	033		**298.805.958-66**	28/10/1981	**44,73**	Menor	NÃO	11	**3**	**14**	**56**	**ausente**	**Eliminado**	
	020		**431.691.288-76**	23/09/1995	**30,83**	Menor	NÃO	9	**4**	**13**	**52**	**ausente**	**Eliminado**	

27 de julho de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA PSS Nº 1/2026

Conselhos Municipais

CMJ - Conselho Municipal da Juventude

Conselho Municipal da Juventude - CMJ

CONVOCAÇÃO PARA A 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Conselho Municipal da Juventude, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.392/2010, **CONVOCA** todos os Conselheiros Titulares, Suplentes e demais colaboradores, para a 6ª Reunião ordinária, a ser realizada presencialmente, na data de 29 de julho de 2026, às 14:00h, na Sala da Juventude (Calçadão Jacoub Koukdjian, 167, Sala 51 – Centro, Mongaguá), no Espaço Cidadão.

Assuntos pautados:

1º - Leitura da Ata;

2º - Questionário – Programa de Apoio a Mulher Jovem;

3º - Manutenção do campo da Avenida São Luís;

4º - Outros Assuntos.

Mongaguá, 27 de julho de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
FERNANDO PEREIRA MARTINELLI
Data: 27/07/2026 08:52:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO PEREIRA MARTINELLI
PRESIDENTE

Casa dos Conselhos
Rua Rui Barbosa, 150, 1º andar – Centro, Mongaguá/SP
Telefone: (13) 3507-5746 - Email: cmj@mongagua.sp.gov.br

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, no uso de suas atribuições legais, convoca os membros titulares e suplentes deste conselho para participarem da Reunião Mensal Ordinária do mês de julho de 2026.

Data – 28 de julho de 2026

Horário – 10H00

Local – SEDUC Secretaria Municipal de Educação

Endereço – Av. São Paulo n. 3430

Pauta

1. Prestação de Contas Trimestral

A presença de todos os conselheiros é de fundamental importância para o cumprimento das atribuições legais do Conselho de Alimentação Escolar e para o exercício do controle social sobre a aplicação dos recursos públicos destinados à alimentação escolar.

Mongaguá, 27 de julho de 2026

Decio Aparecido dos Santos

Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE – Mongaguá /SP.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CACS FUNDEB

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.865, de 27 de junho de 2017 e suas alterações, CONVOCA todos os Conselheiros Titulares, Suplentes e demais colaboradores, para a Reunião Ordinária de Prestação de Contas, a ser realizada conforme segue:

Data: 28 de julho de 2026

Horário: 10h00 (primeira chamada)

Local: Auditório da Secretaria de Educação - SEDUC

Endereço: Av. São Paulo, nº 3430 – Vera Cruz

Pauta:

- Prestação de contas Trimestral.

Ressaltamos a importância da presença de todos os conselheiros titulares, suplentes e demais colaboradores convocados, tendo em vista a relevância dos assuntos que serão tratados e a necessidade de participação nas deliberações e no acompanhamento das ações do CACS-FUNDEB.

Mongaguá, 25 de julho de 2026.

Suzana Kanno
Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
(CACS-FUNDEB)

Digitalizado com CamScanner